



ATA REUNIÃO DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVS E FISCAIS DA ZONA SUL

TAF DE ALMADA | 27 de maio de 2025

As reuniões realizaram-se na Sala de Audiências do Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) de Almada, durante o dia 27 de maio de 2025, terça-feira, onde na parte da manhã foi dirigida aos Senhores Juízes dos TAF da Zona Sul da área tributária, e na parte da tarde estiveram presentes os Senhores Juízes dos TAF da Zona Sul da área administrativa.

Nas aludidas reuniões, estiveram presentes:

1. A Senhora Juíza-Secretária do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF), Desembargadora Eliana de Almeida Pinto;
2. A Senhora Juíza Presidente dos TAF da Zona Sul, Juíza Desembargadora Ana Pinhol;
3. O Senhor Chefe de Gabinete do Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Juiz de Direito António Mendes Oliveira;
4. Os Senhores Juízes dos TAF da Zona Sul, da área administrativa e da área tributária;





5. A Senhora Adjunta do Gabinete Técnico-Jurídico do CSTAF, Dra.

Alexandra Miguel Leitão;

6. A Senhora Assessora de Comunicação do CSTAF, Dra. Mafalda Almeida.

Iniciada a reunião na parte da manhã, pelas 10h35m, tomou a palavra a Senhora Juíza Presidente dos TAF da Zona Sul, Juíza Desembargadora Ana Pinhol, que cumprimentou os presentes, apresentou os elementos do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF) e do Gabinete do Presidente do Supremo Tribunal Administrativo presentes, e agradeceu em seu nome pessoal a presença de todos que exercem funções nos TAF da Zona Sul, os Senhores juízes de direito, Senhores juízes em regime de estágio e Senhores auditores de justiça, e manifestou a colaboração e compromisso que sente por parte de todos sem exceção.

De seguida fez o enquadramento da reunião e explicou que a génesis da mesma provém do Despacho n.º 011/ PR/CSTAF/2025, de fevereiro de 2025, e no Despacho n.º 027/CSTAF/2025, de 02 de abril de 2025, do Senhor Presidente do CSTAF, e que deu origem à realização de várias reuniões de trabalho parcelares com os senhores juízes, por tribunal e por área, administrativa e tributária.

Mais referiu que, na preparação das citadas reuniões, foi efetuada por cada juiz uma radiografia reveladora sobre o acervo processual individual, dando a conhecer os dados reais de cada processo, as fases em que cada processo se encontra presentemente, bem como o número de processos urgentes e prioritários – artigo 47.º – e a partir do





qual traçaram objetivos para o ano de 2026 e objetivos para o triénio 2026 – 2028, sublinhando existirem realidades distintas em cada um dos TAF da zona Sul – TAF de Sintra, TAF de Almada, TAF de Beja TAF de Loulé.

Mais garantiu a Senhora Presidente dos TAF da Zona Sul ter traçado objetivos com o comprometimento assumido pelos juízes de:

- reduzir pendências com especial enfoque nos processos antigos;
- atendendo ao novo dado, isto é, que o n.º de vagas a afetar em certos tribunais vai ser reforçado, designadamente o TAF de Almada e o TAF de Sintra e face a esta nova realidade, vão ajustar os objetivos a fixar;
- não se limitarem a fixar objetivos, mas planificar o ano de 2027, tramitar processos mais antigos e delinejar uma trajetória até 2027;

No que respeita à planificação dos objetivos, a senhora Presidente dos TAF da zona Sul afirmou ter em mente os processos que reclamam a produção de prova. Assim, em 2027, irá fixar novas metas e manifestou que é sua convicção que em 2028 os objetivos serão alcançados face ao número de processos e de juízes que os TAF da zona Sul contará, circunscrevendo em primeiro lugar aos processos mais antigos. Mais asseverou que será dado um acompanhamento eficaz na execução dos objetivos, assegurando a sua concretização e possibilitando a identificação atempada de qualquer incidente, por meio de uma monitorização detalhada, com especial atenção aos processos mais





antigos. Isto permitirá a implementação tempestiva de medidas de gestão, sempre que necessário, para atingir os resultados esperados, destacando o empenho demonstrado por todos os Juízes no cumprimento dos objetivos propostos.

A senhora Presidente dos TAF da zona Sul aproveitou para informar que, desde novembro de 2024, o TAF de Sintra conta apenas uma sala de audiências, que representa dificuldades acrescidas para todos os Senhores Juízes na marcação de diligências, estando presentemente tudo agendado até 15 de julho. Mais comunicou que, segundo o IGFEJ as obras a executar nas salas estarão concluídas no dia 01 de setembro.

Concluiu, afirmando que o Tribunal não são só juízes, são também os funcionários de justiça, e por essa razão os objetivos serão definidos paralelamente com as unidades orgânicas. Relativamente à carência de funcionários de justiça, a senhora Presidente dos TAF da zona Sul concluiu dizendo que há muito que o problema está sinalizado e sobejamente conhecidos por todos.

Após, usou da palavra a Senhora Juíza-Secretária do CSTAF, Juíza Desembargadora Eliana de Almeida Pinto, que, após cumprimentar e saudar os presentes, e antes de explicar a intenção Senhor Presidente do CSTAF na fixação de objetivos, informou os presentes dos pontos abordados em reunião tida entre o Presidente do CSTAF, a Senhora Ministra da Justiça e a Senhora Secretária de Estado da Justiça, onde foi dito que a presente situação da jurisdição não poderia continuar.





Mais disse a Senhora Juíza Secretária que voltarão a reunir com a Ministra da Justiça para discutir várias questões, designadamente a necessidade de atualizar a Portaria que fixou os quadros de efetivos na 1.ª instância; a situação atual da segunda instância e necessidade de reforma profunda; e as propostas de alterações legislativas do CSTAF que estão em curso.

Concluiu a sua intervenção dizendo que esperava ter sido suficientemente clara, mobilizadora e pedindo a colaboração e o compromisso de todos para o presente momento, salientando a importância do mesmo.

De seguida tomou a palavra a Senhora Presidente dos TAF da Zona Sul, para perguntar aos senhores magistrados presentes se tinham alguma questão a colocar.

Seguiu-se a intervenção de um Juiz que colocou algumas questões, nomeadamente, se estava prevista a criação de um novo TAF, considerando que o TAF de Lisboa estava saturado, dando como possível hipótese, a criação do TAF de Santarém ou o de TAF de Torres Novas; se estaria equacionado o aumento do número de auditores, motivada pelo envelhecimento da classe de magistrados levando à escassez de juízes formadores; propor vaga de juízes especializados, por exemplo, em urbanismo; questionou se o objetivo proposto é a média de execução de processos; e se haverá movimento judicial extraordinário no ano de 2026.

De seguida, tomou a palavra a Senhora Juíza-Secretária do CSTAF, tendo afirmado ter tomado boa nota de tudo o que lhe foi dito, para ponderação do Senhor Presidente do CSTAF e do CSTAF.





A Senhora Juíza-Secretária informou, ainda, os Senhores Juízes dos TAF da Zona Sul de alguns dos projetos que se encontram a ser atualmente desenvolvidos pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, nomeadamente a criação de um assistente virtual para auxiliar os Juízes no seu trabalho: o *AssessorIA*. Presentemente encontra-se a ser testado por uma equipa piloto que conta com os contributos de duas juízas, cujo feedback está a ser muito positivo.

Pelas 12h30m a senhora Presidente dos TAF da Zona Sul deu por encerrada a reunião, agradecendo a disponibilidade e a presença de todos.

A reunião com os senhores juízes da área administrativa dos TAF do Sul, teve início às 14h40m, tendo tomado a palavra a Senhora Juíza Presidente Desembargadora Ana Pinhol, que apresentou os elementos do CSTAF e do Gabinete do Presidente do Supremo Tribunal Administrativo ali presentes, passando a contextualizar os objetivos da presente reunião, fazendo alusão aos objetivos estratégicos para o triénio 2026-2028, densificados no Despacho n.º 011/ PR/CSTAF/2025, de fevereiro de 2025, e no Despacho n.º 027/CSTAF/2025, de 02 de abril de 2025, do Senhor Presidente do CSTAF.

Disse estar convicta que todos alcançarão os objetivos propostos, também, para a área do contencioso administrativo, sublinhando, ainda, que as reuniões realizadas foram marcadas por um diálogo franco e aberto a sugestões por parte de todos os intervenientes. Com a realização de uma análise ao acervo da área administrativa,





verificou-se a existência de processos de litígios complexos nos vários TAF da zona Sul espelhando a realidade de cada local onde se insere o TAF, dando como exemplo; o TAF de Loulé com litigância na área ambiental e elevado número de entradas de providências cautelares; o TAF de Beja com processos de urbanismo e de responsabilidade médica; o TAF de Almada com enorme incidência em processos em responsabilidade médica, ora complexa ora sem resposta útil por parte das perícias médicas requeridas. Mais afirmou não poderem se comprometer com a conclusão de todos os processos mais antigos, mas que o CSTAF tenha plena confiança na responsabilidade e no empenho de todos os juízes dos TAF da Zona Sul para garantir que isso se concretize.

Proseguiu informando que no TAF de Beja é bastante limitado, contando apenas com uma sala de audiências. Com o intuito de resolver a insuficiência das salas, foi adotado um espaço destinado à realização de audiências prévias.

O TAF de Loulé dispõe de duas salas para diligências e chegou-se a ponderar a possibilidade de transformar o gabinete da Presidente do Tribunal numa sala de audiências. No entanto, essa opção foi abandonada devido à inexistência de condições adequadas para a sua implementação.

A senhora Presidente dos TAF da zona Sul aproveitou para informar que, desde novembro de 2024, o TAF de Sintra conta apenas uma sala de audiências, que representa dificuldades acrescidas para todos os Senhores Juízes na marcação de diligências, estando presentemente tudo agendado até 15 de julho. Mais comunicou que, segundo o IGFEJ





as obras a executar nas salas estarão concluídas no dia 01 de setembro.

Concluiu, afirmando que o Tribunal não são só juízes, são também os funcionários de justiça, e por essa razão os objetivos serão definidos paralelamente com as unidades orgânicas. Relativamente à carência de funcionários de justiça, a senhora Presidente dos TAF da zona Sul concluiu dizendo que há muito que o problema está sinalizado e sobejamente conhecidos por todos.

Mantendo o uso da palavra, a senhora Presidente dos TAF do Sul disse que os objetivos são do tribunal, tendo em conta o acervo processual bem como as condições físicas e que ambas fazem parte da concretização dos objetivos. Explicou, ainda, terem estabelecido metas por um ano, final de 2026, objetivos esses concretizáveis e alcançáveis. Pelo que CSTAF receberá dos TAF da zona sul objetivos exequíveis, adaptados à realidade de cada TAF. Por outro lado, mas não menos importante, afirmou a senhora Presidente do TAF da zona Sul, existe maior percentagem de processos reabertos para revisão de nova produção da prova, apurado em 30 de abril de 2025. Assim, procurou reunir contributos de todos para ter metas alcançáveis. Sinalizou, também, as diferentes realidades existentes nas diversas unidades orgânicas dos TAF que integram a zona Sul com impacto na concretização dos objetivos. Explicou ter estabelecido monitorizações trimestrais de maneira a conseguir diagnosticar atempadamente





eventuais problemas e, através de medidas de gestão, corrigir e melhorar.

De seguida, tomou a palavra a Senhora Juíza Secretária do CSTAF, começando por referir que foi entendido estabelecer este diálogo junto de todos os TAF de modo a transparentemente ser possível perceber-se que é urgente melhorar o *disposition time*, que corresponde ao indicador que visa medir, em dias, o tempo de resolução da pendência com base no ritmo de trabalho observado num determinado período, sendo este o único indicador que a jurisdição comum cumpre melhor, salientando que o problema da jurisdição administrativa e fiscal não era a capacidade de resolução processual, dando alguns exemplos.

Ainda explicitou que a fixação de objetivos estratégicos em todos os TAF para o triénio 2026 a 2028 consta da lei, pelo que não é opção continuar a ignorá-lo. Prosseguiu, explicando que a importância da fixação destes objetivos de serviço judicial é para melhorar este indicador, o que passa obrigatoriamente pela resolução dos processos com maior antiguidade, mas de forma concertada, unida e estruturada, começando a contar a partir de janeiro de 2026 devendo ser cumpridos até ao mês de dezembro de 2028.

Foi colocada outra questão relativa à formação dos novos sistemas informáticos de gestão de processos aos juízes.

A Senhora Juíza Secretária do CSTAF disse que em novembro de 2024 o CSTAF lançou concurso de assessoria virtual onde a Google apresentou proposta e se encontra a desenvolver programa piloto de IA [Inteligência Artificial] para a primeira instância - o AssessorIA. Mais explicou que este programa de IA se baseia na criação de um





assistente virtual, de sistema fechado, que visará auxiliar os juízes no seu trabalho, sendo alimentado pelo próprio juiz. Presentemente encontra-se em fase de experimentação, com apresentação prevista dos «Assistentes Virtuais Piloto» em setembro de 2025 e, até ao final do ano de 2025, decorrerá a fase de correção de eventuais por parte da Google.

Nova questão apresentada por outro senhor Juiz de Direito foi quanto aos processos de maior complexidade e, nessa sequência, a Senhora Juíza-Secretária do CSTAF assegurou aos Senhores Juízes que o Senhor Presidente do CSTAF disponibilizará os seus assessores, no STA, devendo, para o efeito, ser efetuado pedido prévio fundamentado ao Gabinete do Supremo Tribunal Administrativo (STA), na pessoa do Senhor Presidente do STA, sinalizando a especial complexidade dos mesmos e solicitar o apoio por parte de um dos assessores atualmente em funções nesse Supremo Tribunal.

No momento seguinte pediu a palavra a Senhora Presidente dos TAF do Sul, dizendo que só faria sentido sinalizar os processos de maior complexidade após o mês de setembro, devido ao movimento judicial que em breve terá lugar, como já tinha tido oportunidade de explicar aos senhores juízes no decurso das reuniões tidas, pois o que pode ser complexo para um juiz poderá não ser para outro.

Seguidamente, questionou os senhores juízes presentes se teriam alguma dúvida a colocar no que respeita ao movimento judicial de 2025.





Eram 16h20m, quando a Senhora Juíza Presidente dos TAF da Zona Sul deu por encerrada a reunião, tendo previamente assegurado não haver mais nenhuma questão a ser respondida e de ter manifestado especial agradecimento na presença de todos.

A PRESIDENTE DA ZONA SUL DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

(Juíza Desembargadora Ana Pinhol)

A JUIZ-SECRETÁRIA DO CSTAF

Eliana de
Almeida Pinto

Assinado de forma digital
por Eliana de Almeida Pinto
Dados: 2025.07.10 14:11:39
+01'00'

(Juíza Desembargadora, Eliana de Almeida Pinto)

